

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2012, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)				
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Circulante	217.883	245.670	103.598	166.894
Disponibilidades (nota 4)	2.424	2.977	58.876	59.756
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	79.660	49.565	1.025	2.153
Aplicações no mercado aberto	78.204	47.801	2.541	2.876
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.456	1.764	55.310	54.727
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	45.723	25.807	6	6
Carteira própria (nota 6)	32.605	660	6	6
Vinculados ao Banco Central (nota 6)	-	11.017	336	2.270
Vinculados à prestação de garantia (nota 6)	9.827	13.998	336	2.270
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	3.291	132	20.586	56.807
Relações interfinanceiras	47	70	14.133	36.900
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4	7	623	3.337
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	43	63	3.341	14.836
Operações de crédito (nota 8)	58.926	122.301	61	1.751
Setor privado	70.152	130.709	9.600	9.404
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.226)	(8.408)	7	60
Outros créditos	23.306	44.179	3.022	2.067
Créditos por avais e fianças honradas (nota 8 a)	227	-	334	449
Carteira de câmbio (nota 11)	19.877	32.989	275	71
Rendas a receber	3	140	742	441
Diversos (nota 10)	5.097	23.617	5.220	6.316
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.898)	(12.567)	102.729	135.109
Outros valores e bens (nota 9)	7.797	771	65.789	88.323
Bens não de uso próprio	7.278	-	65.789	88.323
Despesas antecipadas	519	771	13.539	24.867
Realizável a longo prazo	32.994	99.943	4.214	7.757
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.356	3.650	2.313	441
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	4.356	3.650	2.313	441
Operações de crédito (nota 8)	19.421	64.165	16.874	13.721
Setor privado	30.318	75.474	1.324	1.145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.897)	(11.309)	15.497	12.094
Outros créditos	2.136	15.567	53	482
Rendas a receber	-	48	231	693
Diversos (nota 10)	2.136	15.524	231	693
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(5)	45.956	44.891
Outros valores e bens (nota 9)	7.081	16.561	143.424	100.757
Bens não de uso próprio	11.408	16.469	-	409
Provisão para desvalorizações	(4.600)	(667)	(97.468)	(56.275)
Despesas antecipadas	273	759	-	-
Permanente	1.637	1.974		
Investimentos	134	134		
Outros investimentos	134	134		
Imobilizado de uso	893	1.137		
Outras imobilizações de uso	2.294	2.289		
Depreciações acumuladas	(1.401)	(1.152)		
Diferido	367	447		
Gastos de organização e expansão	1.975	1.975		
Amortizações acumuladas	(1.608)	(1.528)		
Intangível	243	256		
Ativos intangíveis	436	365		
Amortizações acumuladas	(193)	(109)		
Total do ativo	252.514	347.587	252.514	347.587
			Total do passivo	252.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)		
	2012	2011
Receitas da intermediação financeira	20.440	24.054
Operações de crédito	12.950	14.270
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 6 d)	5.479	4.473
Resultado de operações de câmbio	2.011	5.311
Despesas da intermediação financeira	(21.780)	(18.006)
Operações de captação no mercado	(7.778)	(8.352)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(4.178)	(4.044)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	(418)	(5.328)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.277)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8 d)	(8.129)	(282)
Resultado bruto da intermediação financeira	(1.340)	6.048
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.973)	(8.933)
Receitas de prestação de serviços (nota 18 e)	209	393
Rendas de tarifas bancárias (nota 18 e)	59	153
Despesas de pessoal	(4.428)	(3.495)
Despesas administrativas (nota 18 f)	(4.290)	(4.993)
Despesas tributárias	(2.134)	(427)
Outras receitas operacionais	1.308	669
Outras despesas operacionais	(2.697)	(1.233)
Resultado operacional	(13.313)	(2.885)
Resultado não operacional (nota 18 i)	(1.686)	(10.107)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(14.999)	(12.992)
Imposto de renda e contribuição social (nota 16)	(4)	1.004
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4)	-
Ativo fiscal diferido	-	1.004
Prejuízo do semestre	(15.003)	(11.988)
Número de ações (em milhares) (nota 15)	138.499	95.831
Prejuízo por lote de mil ações - R\$	(108,33)	(125,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)		
	2012	2011
Prejuízo do semestre	(15.003)	(11.988)
Ajustes para reconciliar o prejuízo		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota 8 d)	8.129	282
Depreciações e amortizações (nota 18 f)	206	203
Provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.439	1.984
Reversão provisão para bens não de uso próprio	(351)	-
Resultado na venda bens não de uso próprio	2.096	-
Ativo fiscal diferido	4	(1.004)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(34.559)	(42)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	11.484	18.132
Relações interfinanceiras e interdependências	-	25
Operações de crédito	42.674	15.853
Outros créditos	35.160	(6.055)
Outros valores e bens	641	12
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(24.960)	24.795
Depósitos	(71)	1.659
Relações interfinanceiras e interdependências	(46.950)	(57.935)
Obrigações por empréstimos e repasses	2.374	(1.833)
Instrumentos financeiros derivativos	2.025	(1.694)
Outras obrigações	-	-

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	Capital subscrito	Aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	89.798	-	409	(44.287)	45.920
Aumento de capital (nota 15 a)	-	10.959	-	-	10.959
Prejuízo do semestre	-	-	-	(11.988)	(11.988)
Em 30 de junho de 2011	89.798	10.959	409	(56.275)	44.891
Mutações do semestre	-	10.959	-	(11.988)	(1.029)
Em 31 de dezembro de 2011	100.757	28.720	-	(82.465)	47.012
Aumento de capital (nota 15 a)	42.667	(28.720)	-	-	13.947

Outros investimentos	134	134	Reserva de capital	-	409
Imobilizado de uso	893	1.137	Prejuízos acumulados	(97.468)	(56.275)
Outras imobilizações de uso	2.294	2.289			
Depreciações acumuladas	(1.401)	(1.152)			
Diferido	367	447			
Gastos de organização e expansão	1.975	1.975			
Amortizações acumuladas	(1.608)	(1.528)			
Intangível	243	256			
Ativos intangíveis	436	365			
Amortizações acumuladas	(193)	(109)			
Total do ativo	252.514	347.587	Total do passivo	252.514	347.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	Capital subscrito	Aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	89.798	-	409	(44.287)	45.920
Aumento de capital (nota 15 a)	-	10.959	-	-	10.959
Prejuízo do semestre	-	-	-	(11.988)	(11.988)
Em 30 de junho de 2011	89.798	10.959	409	(56.275)	44.891
Mutações do semestre	-	10.959	-	(11.988)	(1.029)
Em 31 de dezembro de 2011	100.757	28.720	-	(82.465)	47.012
Aumento de capital (nota 15 a)	42.667	(28.720)	-	-	13.947
Prejuízo do semestre	-	-	-	(15.003)	(15.003)
Em 30 de junho de 2012	143.424	-	-	(97.468)	45.956
Mutações do semestre	42.667	(28.720)	-	(15.003)	(1.056)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco" ou "BPN Brasil") tem por objeto a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos e as respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento, bem como autorizações para realização de operações rurais e de câmbio). O Banco era controlado pelo Banco Português de Negócios S.A. (BPN Portugal), com sede em Porto - Portugal. Em 2008, todas as ações representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas pelo Governo de Portugal. O então acionista controlador passou, assim, a ter natureza de sociedade anônima de capital público e detido pela Direção Geral do Tesouro e Finanças. A sua gestão foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos S.A. (CGD). Como parte do seu processo de reprivatização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010 as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalorem, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou um conjunto de seus ativos. Dentro desse contexto, o BPN Brasil passou a ser controlado indiretamente pela Parparticipada. Em 31 de julho de 2011, o Governo de Portugal, através de Comunicado do seu Ministério das Finanças, anunciou a venda de parte do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN) (então controlador do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.) ao Banco BIC Português, SA. (BIC). Em 9 de dezembro de 2011, foi assinado Contrato de Promessa de Compra e Venda entre o Comprador e o Governo de Portugal, com pagamento de sinal de 25% do valor da operação pactuada entre as partes. A concretização da operação foi concluída em 30 de março de 2012 e abrange somente parte da operação do BPN em Portugal, ou seja, não incluiu a operação brasileira. Como consequência dessa decisão, após a formalização do contrato de compra e venda em Portugal, o BPN Brasil passou a ser controlado indiretamente pelo Estado Português. O Governo Português tem a intenção de alienar as empresas que não foram compradas pelo BIC na negociação finalizada em março último, entre elas o BPN Brasil, tanto que contratou como *advisor* para o processo de venda no Brasil a Caixa BI (Banco de investimentos da CGD). Ao longo do primeiro semestre de 2012 alguns investidores avaliaram o BPN Brasil, tendo enviado propostas à Caixa BI, e neste momento o Estado Português está avaliando as opções. Tendo em vista o cenário acima, a Administração do Banco no Brasil vem tomando uma série de medidas visando à adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face aos seus negócios. Essas medidas incluem: (a) Aporte dos acionistas controladores de R\$ 88.526 nos últimos três exercícios, sendo R\$ 34.900 no ano de 2010, R\$ 39.679 no ano de 2011 e R\$ 13.947 no primeiro semestre de 2012 (nota 15 a); (b) Manutenção do índice Basileia em níveis superiores ao exigido pelo BACEN (nota 18 g); (c) Avaliação, em curso, do seu quadro de executivo e funcional, objetivando não só uma redução de custos administrativos, mas também uma readequação a um novo patamar organizacional; e (d) Desenvolvimento, ainda em curso, de um plano de negócios num horizonte de 2 anos, objetivando reverter a situação deficitária apresentada nos últimos três exercícios e adequando suas atividades operacionais a realidade deste período de transição. Com essas medidas, a Administração do Banco espera reverter a tendência de prejuízo apresentada nos últimos exercícios, sem comprometer sua liquidez e níveis atuais de solvência, ressaltando que a mesma já comunicou o controlador que caso o processo de alienação do BPN Brasil não seja definido até o final deste exercício, uma nova capitalização será necessária.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do BPN Brasil foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela CVM, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Foram adotados para fins de divulgação das demonstrações financeiras os normativos aprovados pela CVM que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. No BPN Brasil, a gestão dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios. As políticas de risco e concentração são determinadas pela Comissão Executiva do Banco e pelo Comitê de Risco.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) **Resultado** - O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. (b) **Caixa e equivalente de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos financeiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável. (d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: a) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor

	2012	2011
Prejuízo do semestre	(15.003)	(11.988)
Ajustes para reconciliar o prejuízo		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota 8 d)	8.129	282
Depreciações e amortizações (nota 18 f)	206	203
Provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.439	1.984
Reversão provisão para bens não de uso próprio	(351)	-
Resultado na venda bens não de uso próprio	2.096	-
Ativo fiscal diferido	4	(1.004)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(34.559)	(42)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	11.484	18.132
Relações interfinanceiras e interdependências	-	25
Operações de crédito	42.674	15.853
Outros créditos	35.160	(6.055)
Outros valores e bens	641	12
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Depósitos	(24.960)	24.795
Relações interfinanceiras e interdependências	(71)	1.659
Obrigações por empréstimos e repasses	(46.950)	(57.935)
Instrumentos financeiros derivativos	2.374	(1.833)
Outras obrigações	2.025	(1.694)
Resultado de exercícios futuros	(90)	(69)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(15.752)	(17.675)
Atividades de investimentos		
Alienação de bens não de uso próprio	1.610	-
Alienação de imobilizado de uso	-	2
Aplicações em bens não de uso próprio	(6.185)	(10)
Aplicações no imobilizado de uso	(3)	-
Aplicações no ativo intangível	(4)	(27)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.582)	(35)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital (nota 15 a)	13.947	10.959
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamentos	13.947	10.959
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(6.387)	(6.751)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	52.491	57.529
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 4)	46.104	50.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza: • "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e • "Hedge" de fluxo de caixa - a valorização ou desvalorização referente a parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequação cota de receita ou despesa no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. (e) **Operações de crédito e provisão para créditos em liquidação duvidosa** - As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Os parâmetros acima consideram os períodos de atraso, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)

- B • de 15 a 30 dias
- C • de 31 a 60 dias
- D • de 61 a 90 dias
- E • de 91 a 120 dias
- F • de 121 a 150 dias
- G • de 151 a 180 dias
- H • superior a 180 dias

Classificação do cliente

Adicionalmente à provisão estabelecida como mínima na Resolução nº 2.682/99 do CMN, foi constituída provisão excedente considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos. A provisão excedente por cliente foi classificada nos correspondentes níveis de riscos. (1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. A atualização ("accrua") das operações de crédito vencidas, até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia em rendas a apropriar. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as normas e instruções do CMN e do Banco Central do Brasil.

(f) **Investimentos** - Os investimentos em títulos patrimoniais são demonstrados ao custo de aquisição, ajustados pela atualização patrimonial informada pelas instituições. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável. (g) **Imobilizado** - Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação - 10% e o sistema de processamento de dados - 20%. (h) **Diferido** - Os gastos de organização e expansões, registrados ao custo de aquisição ou formação correspondem ao seguinte: • Benefícios em imóveis de terceiros, amortizados linearmente com base no prazo de locação de três anos; e • Gastos com desenvolvimento de logiciais - correspondem a despesas com cessão de uso de sistemas de softwares e consultoria para implantação dos sistemas de contabilidade, empréstimos e gerenciais, amortizados linearmente pelo prazo de 60 meses. (i) **Ativo intangível** - Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. (j) **Redução ao valor recuperável** - O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Em 30 de junho de 2012, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras. (k) **Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS** - Provisões às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	2012	2011
Imposto de renda	15,00	10,00
Adicional de imposto de renda	10,00	15,00
Contribuição social	15,00	0,65
PIS	0,65	4,00
COFINS	4,00	

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

(l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - (i) Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há decisões judiciais favoráveis.

(a) Composição por classificação

	2012		2011	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ Contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ Contábil
B Carteira própria e vinculada Livres				
C Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	32.582	32.605	660	660
D Vinculados ao Banco Central				
E Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	11.017	11.017
F Vinculados à prestação de garantias				
G Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	9.822	9.827	13.998	13.998
H Instrumentos financeiros derivativos "Swaps"	7.508	7.647	2.470	3.782
	49.912	50.079	28.145	29.457

(b) Composição por prazo de vencimento

	2012			2011		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	18.647	23.785	42.432	14.429	11.246	25.675
Instrumentos Financeiros Derivativos "Swaps"	3.291	4.356	7.647	132	3.650	3.782
	21.938	28.141	50.079	14.561	14.896	29.457

(c) Composição por emissor

	2012		2011	
Títulos para negociação Público				
Governo Federal			42.432	25.675
Instrumentos Financeiros Derivativos "Swaps" - Privado			7.647	3.782
Instituições Financeiras			50.079	29.457

(d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2012	2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5 b)	3.277	2.736
Rendas de títulos de renda fixa	2.202	1.733
Rendas/Despesas de títulos de renda variável	-	4
	5.479	4.473

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de atender às necessidades próprias e de clientes, a fim de administrar exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O gerenciamento e acompanhamento desse risco é efetuado por meio de políticas e estratégias de operação, assim como limites para posições assumidas e o crédito concedido às contrapartes, consonantes as diretrizes estabelecidas pela Administração. As operações de futuros, "swap" e opções

O risco da carteira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos em 30 de junho:

	2012				2011			
Nível de risco	Percentual da provisão	Operações vencidas	Operações a vencer	Total	Provisão	Total	Provisão	
AA	-	-	2.428	2.428	-	13.617	-	
A	0,5	-	33.592	33.592	168	96.261	481	
B	1	83	18.324	18.407	184	85.061	851	
C	3	102	22.457	22.559	677	7.302	219	
D	10	-	8.352	8.352	835	9.656	966	
E	30	3.537	7.134	10.671	3.201	19.828	6.102	
F	50	357	7.571	7.928	3.964	8.256	4.128	
G	70	227	2.194	2.421	1.695	2.355	1.649	
H	100	3.661	9.636	13.297	13.297	17.893	17.893	
		7.967	111.688	119.655	24.021	260.229	32.289	

são registradas em contas patrimoniais e de compensação pelo valor do contrato ou valor referencial e estão registradas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos estão sendo apresentados por tipo de papel e possuem vencimento até agosto de 2013, como segue:

	2012			
	Ativos	Passivos	Valor de registro dos contratos	Resultado do período
"Swap" Dólar x CDI/CDI x Dólar	7.647	2.374	54.407	(608)
Futuros	-	275	7.591	190
	7.647	2.649	61.998	(418)

	2011			
	Ativos	Passivos	Valor de registro dos contratos	Resultado do período
"Swap" Dólar x CDI/CDI x Dólar	2.603	2.192	58.039	(5.542)
Libor x Pré	1.179	-	24.510	1.173
Futuros	-	-	9.033	(959)
	3.782	2.192	82.549	(5.328)

As operações de derivativos do BPN Brasil tem o objetivo de proteção da operação de captação de recursos, cuja valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado é registrada diretamente nas contas de resultado. Tais operações têm como objetivo primário a mitigação do risco de oscilação das taxas cambiais e de juros por conta das captações no exterior.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
(a) Composição total da carteira

	2012	2011
Empréstimos e títulos descontados	81.760	164.068
Financiamentos	8.204	28.935
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.506	13.180
	100.470	206.183
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 11)	13.842	31.007
Outros créditos - rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 11)	599	1.264
Outros créditos - títulos e créditos a receber de cessão de créditos adquiridos (nota 10)	4.744	21.775
	119.655	260.229

(b) Composição por vencimento

	2012	2011
Operações vencidas	7.967	17.810
A vencer		
Até 90 dias	41.746	59.891
De 91 a 360 dias	39.624	105.531
Acima de 360 dias	30.318	76.997
	119.655	260.229

(c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade

	2012	2011
Sector público e privado		
Indústria	65.148	158.281
Comércio	8.007	29.580
Serviços	46.482	72.354
Pessoas físicas	18	14
	119.655	260.229

de contabilidade, empréstimos e gerenciais, amortizados linearmente pelo prazo de 60 meses. (j) **Ativo intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por *softwares*, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. (l) **Redução ao valor recuperável** - O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Em 30 de junho de 2012, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras. (k) **Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS** - Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Porcentagem	
Imposto de renda	15,00	
Adicional de imposto de renda	10,00	
Contribuição social	15,00	
PIS	0,65	
COFINS	4,00	

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

(l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - (i) Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo; (ii) Passivos contingentes: Referem-se a obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor; e (iii) Obrigações legais fiscais e previdenciárias: Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. (m) **Outros ativos e passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro rata" dia). (n) **Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens dos investimentos para renda, (ii) amortizações de itens do intangível, (iii) provisão para perdas com operações de crédito e (iv) ajuste a mercado de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferente dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa	2.424	2.977
Aplicações interfinanceiras de liquidez (equivalentes)	43.680	47.801
Caixa e equivalentes de caixa	46.104	50.778

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

(a) Composição

	2012	2011
Aplicações no Mercado aberto		
Lastró em Títulos públicos		
LFT	-	10.001
LTN	-	3.800
NTN	78.204	34.000

Aplicações em depósito interfinanceiro

	2012	2011
Títulos privados		
CDI - Rural	1.456	1.764
	79.660	49.565

(b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2012	2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6 d)	3.277	2.736
	3.277	2.736

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria "para negociação" e "mantidos até o vencimento", por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento, bem como a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos.

Rendas/Despesas de títulos de renda variável	2012	2011
	-	4
	5.479	4.473

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de atender às necessidades próprias e de clientes, a fim de administrar exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O gerenciamento e acompanhamento desse risco é efetuado por meio de políticas e estratégias de operação, assim como limites para posições assumidas e o crédito concedido às contrapartes, consoantes as diretrizes estabelecidas pela Administração. As operações de futuros, "swap" e opções

O risco da carteira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos em 30 de junho:

Nível de risco	2012				2011	
	Percentual da provisão	Operações vencidas	Operações a vencer	Total	Provisão	Total
AA	-	-	2.428	2.428	-	13.617
A	0,5	-	33.592	33.592	168	96.261
B	1	83	18.324	18.407	184	85.061
C	3	102	22.457	22.559	677	7.302
D	10	-	8.352	8.352	835	9.656
E	30	3.537	7.134	10.671	3.201	19.828
F	50	357	7.571	7.928	3.964	8.256
G	70	227	2.194	2.421	1.695	2.355
H	100	3.661	9.636	13.297	13.297	17.893
		7.967	111.688	119.655	24.021	260.229

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2012	2011
Saldos iniciais	33.620	34.241
Constituição líquida	8.129	282
Créditos baixados para prejuízo	(17.728)	(2.234)
Saldos finais	24.021	32.289

No semestre, o montante de créditos recuperados foi de R\$ 4.450 (não houve em 2011).

(e) **Créditos renegociados** - O saldo dos créditos renegociados no semestre foi de R\$ 7.270 (R\$ 24.544 em 2011).

9. OUTROS VALORES E BENS

Referem-se a bens não de uso próprio recebidos em dação em pagamento de operações de crédito e despesas antecipadas com prestação de serviços de correspondentes no país.

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2012	2011
Títulos e créditos a receber (nota 8 a)	4.744	21.775
Créditos tributários (nota 16)	-	14.660
Depósito judicial PIS (nota 14)	1.529	1.293
Outras contas (i)	960	1.413
	7.233	39.141
Curto Prazo	5.097	23.617
Longo Prazo	2.136	15.524

(i) Referem-se, substancialmente, a impostos e contribuições a compensar e valores a receber pela alienação de bens não de uso.

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2012	2011
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	18.748	31.649
Direitos sobre vendas de câmbio	530	76
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8 a)	599	1.264
	19.877	32.989

	2012	2011
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	512	74
Obrigações por compra de câmbio	16.352	33.000
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8 a)	(13.842)	(31.007)
	3.022	2.067

12. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES, EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E REPASSES

Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento:

	2012						2011	
	Prazos (dias)						Total	Total
Depósitos e captações	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total	Total	Total	
À vista	1.025	-	-	-	1.025	2.153	2.153	
Interfinanceiros	-	1.308	1.233	-	2.541	2.876	2.876	
A prazo	-	26.737	28.573	65.789	121.099	143.050	143.050	
Total de depósitos	1.025	28.045	29.806	65.789	124.665	148.079	148.079	
Empréstimos no exterior (i)	-	11.990	8.596	13.539	34.125	81.674	81.674	
Dívida subordinada (ii)	-	-	742	15.497	16.239	12.535	12.535	
Repasses no país (iii)	-	3.080	11.053	4.214	18.347	44.657	44.657	
	1.025	43.115	50.197	99.039	193.376	286.945	286.945	

	2012	2011
Acima de 360 dias	30.318	76.997
	119.655	260.229

(c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade

Setor público e privado	2012	2011
Indústria	65.148	158.281
Comércio	8.007	29.580
Serviços	46.482	72.354
Pessoas físicas	18	14
	119.655	260.229

(i) Representados por recursos captados no exterior junto as instituições financeiras. Em 30 de junho de 2012, os encargos financeiros variam de 3,20% a 3,40% a.a., com vencimentos até agosto de 2013 (2011 - Libor + 2,50% a 3,75% a.a. com vencimentos até junho de 2013).

(ii) Dívida subordinada refere-se à captação no exterior junto ao ex-controlador indireto BPN Portugal no montante de US\$ 8 milhões, realizada em 4 de junho de 2008 conforme "Contrato de Mútuo" e "Primeiro Aditivo ao Contrato de Mútuo", firmados entre o Banco e o Banco Português de Negócios, S.A. autorizado a integrar o seu capital de nível II nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de agosto de 2008. Em 30 de junho de 2012, os encargos financeiros são calculados pela Libor semestral com vencimentos até maio de 2018.

(iii) Representados por operações de repasses de Finame, BNDES e Funcefai. Em 30 de junho de 2012, os encargos financeiros são atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Real-pré e UMBANDES, Dólar e juros pré-fixados respectivamente com vencimentos até junho de 2014.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2012	2011
Provisões para pagamentos a efetuar - pessoal	862	756
Comissões a pagar (i)	1.502	2.229
Provisões para ações trabalhistas - Sabrico (ii) (nota 14)	2.215	2.418
Outras despesas administrativas	694	1.395
	5.273	6.798
Curto Prazo	5.220	6.316
Longo Prazo	53	482

(i) Comissões a pagar aos correspondentes bancários.

(ii) Refere-se ao saldo residual dos processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da empresa Sabrico, pertencente ao grupo SLN, onde o BPN Brasil e o Banco BPN Portugal, foram colocados no pólo passivo. Por decisão da Administração do Banco BPN em Portugal foi feito um acordo com o grupo de funcionários e foi pago em maio de 2011 a quantia aproximada de R\$ 16 milhões, sendo R\$ 9,8 milhões em nome do BPN Brasil e R\$ 6,2 milhões em nome do BPN Portugal, restando o saldo residual de R\$ 2.215 em 30 de junho de 2012. A Administração do Banco mantém entendimentos com a Administração do BPN Portugal para, em caso de eventuais contingências futuras, ser ressarcido por aquele acionista quanto às causas de natureza semelhantes a essa.

14. PASSIVOS PARA RISCOS

(a) **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - PIS: O BPN Brasil ajuizou mandado de segurança para assegurar o direito de calcular e recolher PIS de acordo com a Lei Complementar nº 077/0, em relação aos fatos geradores ocorridos após março de 2006 ou, subsidiariamente, garantir o direito de recolher PIS somente com base em suas receitas provenientes da prestação de serviços, compensando-se os valores indevidamente recolhidos desde julho de 2003, nos termos das Leis nº 9.430/96 e 9.250/95, por ser a Lei nº 9.718/98 inaplicável às instituições financeiras. O processo foi classificado como obrigação legal, tendo provisão no valor de R\$ 1.324 (2011 - R\$ 1.145) e depósitos judiciais efetuados no montante de R\$ 1.529 (2011 - R\$ 1.293).

(b) **Provisões para processos trabalhistas** - SABRICO: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários da empresa SABRICO, controlada indiretamente pelo Grupo BPN em Portugal, pleiteando o recebimento de valores referentes a verbas rescisórias, em especial, aviso prévio, 13º salário, férias indenizadas e proporcionais, multa, horas extras e reflexos, danos materiais e morais. A provisão foi formulada levando em conta as verbas pleiteadas nas ações trabalhistas, observando-se a lei, jurisprudência e parecer dos assessores jurídicos externos. As causas prováveis trabalhistas foram provisionadas no valor de R\$ 2.215 (2011 - R\$ 2.418) (vide nota 13.ii). (c) **Passivos contingentes classificados como risco de perda possível** - São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e civil classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

Os principais processos são: SABRICO: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários da empresa SABRICO, controlada indiretamente pelo Grupo BPN em Portugal, nas quais o BPN Brasil foi citado, pleiteando o recebimento de valores referentes à verbas rescisórias, em especial, aviso prévio, 13º salário, férias indenizadas e proporcionais, multa, horas extras e reflexos, danos materiais e morais, no valor de R\$ 4.822. DEMAIS AÇÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Banco pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidas, em especial horas extras e reflexos. Ações cíveis pleiteando a revisão de cláusulas de contratos firmados com o Banco, em especial encargos, juros e multa, no valor de R\$ 501.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social** - O capital social está representado por 138.498.606 (95.831.358 em 2011) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 28 de junho de 2011, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 10.959, em moeda corrente, passando o capital social de R\$ 89.798 para R\$ 100.757, totalmente subscrito e integralizado, mediante a emissão de 10.958.201 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1 cada uma. O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 07 de julho de 2011. Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 28 de fevereiro de 2012, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 13.947, em moeda corrente, passando o capital social de R\$ 129.477 para R\$ 143.424, totalmente subscrito e integralizado, mediante a emissão de 13.946.801 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1 cada uma. O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 5 de março de 2012. (b) **Reserva de lucros** - A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. (c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio** - Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações são demonstrados a seguir:

	2012	2011		
Resultado antes do IR e da CS	(14.999)	(12.992)		
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	6.000	5.197		
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis	(522)	(4.061)		
Outras diferenças permanentes	-	(132)		
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias sem constituição de crédito tributário				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.472)	-		
Provisão para contingências trabalhistas	(543)	-		
Provisão para riscos fiscais	(32)	-		
Outras diferenças temporárias	195	-		
Prejuízo fiscal e base negativa do semestre não registrados	(3.630)	-		
Total do crédito (despesa) de IR e CS contabilizado	(4)	1.004		
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:				
	2010	Constituição	Reversão	2011
Diferenças temporárias	13.625	1.640	(605)	14.660
Total dos créditos tributários	13.625	1.640	(605)	14.660

O crédito tributário anteriormente constituído estava substanciado em estudo técnico, no qual previa a geração de lucros tributáveis futuros. A Administração do Banco, em função do cenário adverso em 2011, decidiu pela baixa integral do referido crédito tributário no segundo semestre de 2011, por entender que poderia não vir a cumprir integralmente com o requerido pela Resolução BACEN nº 3.059, em seu artigo 5º, e alterações posteriores.

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão refletidas nas seguintes contas:

	2012	2011
Remuneração e encargos	1.061	981
Previdência privada	34	34
O Banco possui o plano de previdência privada complementar como benefício aos seus funcionários na modalidade PGDL do HSBG Vida e Previdência S.A. e contribui com o mesmo montante aplicado pelo contribuinte. No exercício este valor foi de R\$ 111 (2011 - R\$ 111).		

(b) Outras operações com partes relacionadas

Vínculo com o Banco	Objeto	2012	2011
Pessoas vinculadas aos administradores	Depósito a prazo	-	199

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(a) No 1º semestre de 2012, foi realizada cessão de operações de crédito, sem coobrigação, com instituições não ligadas, no montante de R\$ 600 (2011 - R\$ 1.141), gerando resultado negativo de R\$ 1.277 (2011 - R\$ 23). (b) Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros, no passivo, referem-se a ordens recebidas no exterior a cumprir de clientes, no montante de R\$ 336 (2011 - R\$ 2.270). (c) Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões recebidas sobre garantias prestadas e a retenção de rendas sobre operações de crédito, a serem diferidas pelo prazo dos contratos, no montante de R\$ 231 (2011 - R\$ 693). (d) As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outras garantias, totalizam R\$ 10.783 (2011 - R\$ 26.848) e estão registradas em conta de compensação. (e) Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias:

	2012	2011
Garantias prestadas	139	307
Outros serviços	70	86
Rendas de prestação de serviços	209	393
Rendas de tarifas bancárias	59	153
Total	268	546
(f) Despesas administrativas		
	2012	2011
Despesas de serviços de terceiros (*)	1.747	2.052
Despesas de serviços técnicos especializados	600	634
Despesas de alugueis	637	575
Despesas de processamento de dados	80	358
Despesas de comunicações	302	279
Despesas de transporte	148	182
Despesas de amortização e depreciação	206	203
Despesas de serviços do sistema financeiro	87	122
Despesas de seguros	131	93
Despesas de manutenção e conservação de bens	14	86
Outras despesas	338	409
	4.290	4.993

(*) Referem-se, principalmente, ao pagamento de despesas com correspondentes no país e sistemas legados.

(g) Limites operacionais e gerenciamento de riscos - Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), o Banco Central do Brasil publicou as Resoluções nºs 3.380, 3.464 e 3.721 que tratam das estruturas para gerenciamento de riscos operacionais e de mercado e de crédito, respectivamente. Publicou, também, as Circulares nºs 3.360, 3.361 a 3.368, 3.383, 3.388 e 3.389, que definem as metodologias das parcelas de Capital necessárias para os Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, respectivamente, bem como a Resolução nº 3.444, que altera as regras de apuração do Patrimônio de Referência e nº 3.490, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido a ser aplicado a partir de 1º de julho de 2008. O BPN Brasil utiliza como base o Patrimônio de Referência Exigido dividido por 11%, que é o patrimônio mínimo exigido pelo BACEN, e em 30 de junho de 2012 atingiu o índice de 43,34% (2011 - 19,25%).

	2012	2011
Patrimônio de referência - PR	62.195	57.426
Nível I	45.956	44.891
Patrimônio líquido	45.956	44.891
Nível II	16.239	12.535
Divida subordinada (nota 12)	16.239	12.535
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	15.787	32.808
Risco de crédito	14.344	32.344
Risco de mercado	93	70
Risco operacional	1.350	394
Margem	46.408	24.618
Ativo ponderado pelo risco	143.516	298.256
Índice de Basileia	43,34%	19,25%

(h) Gerenciamento de riscos - Um resumo das descrições das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito pode ser acessado no [site do banco através do link: http://www.bpnbrasil.com.br/apresentacao.htm](http://www.bpnbrasil.com.br/apresentacao.htm).

(i) Resultado não operacional - Em abril de 2011, a Administração do BPN Brasil tomou conhecimento da existência de processos trabalhistas movidos contra a empresa Sabrico S.A. no Brasil, pertencente ao mesmo grupo econômico de sua controladora em Portugal, o Grupo SLN, tendo sido judicialmente acionados o BPN Brasil e seu acionista no exterior, Banco Português de Negócios, S.A. (BPN). Por decisão da Administração do BPN, foi feito acordo com um grupo de ex-funcionários da Sabrico, cujos valores envolvidos montam a quantia aproximada de R\$ 16.134, sendo R\$ 9.710 em nome do BPN Brasil, os quais foram registrados em 30 de junho de 2011 como resultado não operacional e R\$ 6.424 em nome do BPN. Todos os valores desembolsados até 30 de junho de 2011 foram reembolsados integralmente pelo BPN Portugal, através do aumento de capital mencionado na nota 15(a). Em junho de 2012, o Banco constituiu provisões sobre desvalorizações de seus ativos bens não de uso avaliados às condições de preços de mercado na data. O valor correspondente era de R\$ 4.600 (2011 - R\$ 667), suportado com base em laudos técnicos emitidos por empresa de avaliação especializada.

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Alberto Fortuna Stouthandel
Rodrigo Cristoforo del Barrio

Silvio César Ferreira - Contador - CRC 1SP185135/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas

Prejuízos operacionais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às Demonstrações Financeiras, a Administração do Banco no Brasil vem tomando uma série de medidas visando à adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face aos seus negócios, que incluem aportes de capital, manutenção do Índice de Basileia em níveis superiores ao exigido pelo Banco Central do Brasil, avaliação do seu quadro executivo e funcional e desenvolvimento de um plano de negócios objetivando reverter a situação deficitária atual, e já comunicou o atual controlador que, caso o processo de alienação do Banco não seja definido até o final deste exercício, uma nova capitalização será necessária. Portanto, a continuidade do Banco depende do sucesso dessas medidas, de nova capitalização e do suporte financeiro do acionista controlador. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

(1,2) -3- [23887]-bnp_bal_DSP.indd 28/08/12 15:22			
Provisão para riscos fiscais	(32)	-	
Outras diferenças temporárias	195	-	
Prejuízo fiscal e base negativa do semestre não registrados	(3.630)	-	
Total do crédito (despesa) de IR e CS contabilizado	(4)	1.004	
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
	2010	Constituição	Reversão
Diferenças temporárias	13.625	1.640	(605)
Total dos créditos tributários	13.625	1.640	(605)
			2011
			14.660
			14.660

Despesas de comunicações	148	219
Despesas de transporte	182	182
Despesas de amortização e depreciação	206	203
Despesas de serviços do sistema financeiro	87	122
Despesas de seguros	131	93
Despesas de manutenção e conservação de bens	14	86
Outras despesas	338	409
	4.290	4.993

(*) Referem-se, principalmente, ao pagamento de despesas com correspondentes no país e sistemas legados.

Atividade de controle de preços de mercado no Brasil e em outros países de R\$ 4.600 (2011 - R\$ 667), suportado com base em laudos técnicos emitidos por empresa de avaliação especializada.

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Alberto Fortuna Stouthandel
Rodrigo Cristoforo del Barrio

Silvio César Ferreira - Contador - CRC 1SP185135/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Riscos trabalhistas

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13.ii às Demonstrações Financeiras, que menciona que o Banco foi citado em diversas ações judiciais de natureza trabalhista, impetradas contra antiga empresa não financeira no Brasil, ligada ao seu antigo acionista controlador em Portugal, para as quais mantém provisão registrada em "Outras Obrigações - Diversas" em 30 de junho de 2012, no montante de R\$ 2.215 mil. A referida antiga empresa ligada, entretanto, ainda possui outras ações trabalhistas em discussão judicial, nas quais o Banco não foi citado judicialmente até o presente momento e nenhuma provisão adicional foi registrada, tendo em vista a não existência de uma obrigação presente, de acordo com a Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional.

Prejuízos operacionais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às Demonstrações Financeiras, a Administração do Banco no Brasil vem tomando uma série de medidas visando à adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face aos seus negócios, que incluem aportes de capital, manutenção do Índice de Basileia em níveis superiores ao exigido pelo Banco Central do Brasil, avaliação do seu quadro executivo e funcional e desenvolvimento de um plano de negócios objetivando reverter a situação deficitária atual, e já comunicou o atual controlador que, caso o processo de alienação do Banco não seja definido até o final deste exercício, uma nova capitalização será necessária. Portanto, a continuidade do Banco depende do sucesso dessas medidas, de nova capitalização e do suporte financeiro do acionista controlador. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Alienação do controle acionário do acionista controlador indireto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às Demonstrações Financeiras, em 31 de julho de 2011, o Governo de Portugal anunciou a venda do controle acionário do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), até então acionista controlador indireto do Banco, como resultado do processo de reprivatização iniciado em 2010. Este processo foi finalizado em 30 de março de 2012 com a venda definitiva do BPN em Portugal, sendo que, após esta formalização da venda, o Banco no Brasil passou a ser controlado indiretamente pelo Governo de Portugal, através de empresa localizada naquele país, denominada Parparticipadas, SGPS, S.A. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

São Paulo, 16 de agosto de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

Deloitte.